

Resolução de Questões

Concurso de Juiz Federal Substituto – TRF/1ª REGIÃO

Thiago Borges

Advogado e Professor

***E-mail:* thiagocarvalhoborges@gmail.com**

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

1. Considerando aspectos relacionados à ratificação, registro, efeitos, vigência e promulgação dos tratados, assinale a opção correta.

- a) Os tratados que, concluídos pelos membros da ONU, não tenham sido devidamente registrados e publicados no secretariado desse organismo internacional não podem ser invocados, pelas partes, perante qualquer órgão da organização.
- b) Por criarem ou modificarem situações jurídicas objetivas, os tratados somente produzem efeitos entre as partes.
- c) Considera-se vigência diferida o método segundo o qual os tratados entram em vigor simultaneamente ao término da negociação e ao consentimento definitivo das partes envolvidas.
- d) No Brasil, os tratados entram em vigor após a promulgação dos decretos legislativos mediante os quais o Congresso Nacional se manifesta favoravelmente à sua aprovação.
- e) A ratificação de um tratado, como expressão definitiva do consentimento das partes, é etapa imprescindível, somente consumada mediante a entrega mútua do instrumento escrito por ocasião de sua assinatura formal.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

Registro e depósito de tratados internacionais

Efeitos dos tratados internacionais. Efeitos sobre terceiros.

Vigência diferida nos tratados multilaterais

Tratados no direito brasileiro

Assinatura e ratificação de tratados internacionais

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2011

2. O Estado regulamenta a convivência social em seu território por meio de legislação nacional, e a comunidade internacional também cria regras, que podem conflitar com as nacionais. A respeito das correntes doutrinárias que procuram proporcionar solução para o conflito entre as normas internas e as internacionais, assinale a opção correta.

- a) A corrente monista e a dualista apresentam as mesmas respostas para o conflito entre as normas internas e as internacionais.
- b) Nenhum país adota a corrente doutrinária monista.
- c) Consoante a corrente monista, o ato de ratificação de tratado gera efeitos no âmbito nacional.
- d) De acordo com a corrente dualista, o direito interno e o direito internacional convivem em uma única ordem jurídica.
- e) De acordo com a corrente monista, a norma interna sempre prevalece sobre a internacional.

Relações entre direito interno e direito internacional

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2011

3. Com relação à estrutura, ao funcionamento e aos princípios da ONU, estabelecidos na Carta das Nações Unidas, assinale a opção correta.

- a) Os membros da ONU, em regra, podem utilizar força militar para a resolução dos conflitos internacionais.
- b) Não há dever de solidariedade entre os membros da ONU.
- c) O princípio da não intervenção não prejudica a aplicação de medidas coercitivas nos casos previstos na Carta.
- d) Os Estados que não são membros da ONU não têm obrigações na promoção da paz e da segurança internacionais.
- e) A ONU é embasada no princípio da igualdade orçamentária dos seus membros, de modo que todos devem custeá-la na mesma proporção.

Organização das Nações Unidas

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2011

4. Assinale a opção correta a respeito dos objetivos e da estrutura da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada pela Conferência de Paz (Tratado de Versalhes, Parte XII), nos termos da Declaração de Filadélfia (Constituição da OIT).

- a) Há, na estrutura institucional dessa organização, de forma semelhante à da ONU, uma assembleia geral.
- b) A organização é dirigida pela Repartição Internacional do Trabalho.
- c) Essa organização é secretariada pela Conferência Internacional do Trabalho.
- d) Os objetivos dessa organização incluem o incentivo à existência de sindicatos únicos.
- e) É objetivo dessa organização favorecer a proteção da eficiência econômica e da equidade social por meio de órgãos colegiados com estrutura tripartite.

Organizações Internacionais.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2011

5. A colocação de satélites no espaço sideral e a chegada do homem à Lua na década de 60 do século passado ensejaram a criação de normas internacionais sobre o espaço extra-atmosférico. Entre tais normas, destaca-se o tratado sobre os princípios aplicáveis à exploração e uso do espaço extra-atmosférico, assinado em 1967 e, posteriormente, a convenção sobre a responsabilidade internacional por danos causados por objetos espaciais, em 1972. Com base nessas normas e nos princípios internacionais, assinale a opção correta.

- a) Se um satélite alemão adentrar a atmosfera e atingir avião da companhia Air France, haverá responsabilização internacional.
- b) Há identidade entre as normas internacionais sobre o espaço aéreo e o extra-atmosférico.
- c) É permitida a colocação em órbita de objeto portador de armas nucleares, desde que autorizada pela ONU.
- d) Permite-se a instalação de base lunar militar para a proteção do planeta Terra.
- e) Se um satélite americano cair sobre uma casa brasileira, haverá causa excludente de ilicitude, o que impede a indenização

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

6. Assinale a opção correta acerca da condição jurídica dos estrangeiros.

- a) O Brasil admite a concessão tanto do asilo diplomático quanto do asilo territorial.
- b) Somente é passível de expulsão do território brasileiro o estrangeiro que sofra condenação por crimes que atentem contra a segurança nacional ou a ordem política ou social.
- c) Segundo o direito internacional costumeiro, nenhum Estado tem o direito de negar visto para o ingresso de estrangeiro em seu território, seja em definitivo, seja a título temporário.
- d) A deportação, como forma de exclusão do estrangeiro do território brasileiro, somente se efetiva mediante ato que, exarado pelo ministro de Estado da Justiça, impeça o retorno do deportado ao país.
- e) A CF dispõe que o brasileiro naturalizado somente pode ser extraditado em caso de crime comum ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, desde que, em ambos os casos, os crimes tenham sido praticados antes da naturalização.

Condição Jurídica do Estrangeiro

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

7. Relativamente às organizações internacionais, à nacionalidade da pessoa jurídica e ao MERCOSUL, assinale a opção correta.

- a) A ONU e a Organização dos Estados Americanos são consideradas, quanto à estrutura jurídica, organizações supranacionais, na medida em que assumem atribuições específicas dos Estados, restringindo parte de seu poder soberano.
- b) Considera-se empresa brasileira de capital nacional a organização cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país, ou de entidades de direito público interno.
- c) As chamadas agências especializadas da ONU, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e a Organização para a Alimentação e a Agricultura, embora tenham alcance universal, não são dotadas de personalidade jurídica própria no âmbito do direito das gentes.
- d) Nos termos do Protocolo de Ouro Preto, o MERCOSUL é uma organização internacional dotada de personalidade jurídica própria, que se apoia em um sistema deliberativo fundado na via de consenso dos Estados-partes.
- e) No âmbito do direito das gentes, denomina-se originária a personalidade jurídica das organizações, e derivada, a dos Estados.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

8. No que se refere ao domínio público marítimo internacional, assinale a opção correta.
- a) Nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os Estados sem litoral devem ter direito reconhecido de participar do aproveitamento do excedente dos recursos vivos das zonas econômicas exclusivas dos Estados costeiros da mesma região, independentemente de acordos.
 - b) O Estado costeiro tem o direito de aplicar as suas leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração e sanitários na zona econômica exclusiva.
 - c) Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a soberania do Estado costeiro sobre o mar territorial estende-se ao espaço aéreo sobrejacente a este, bem como ao leito e ao subsolo desse mar.
 - d) Os Estados exercem soberania sobre suas águas interiores, ainda que estejam obrigados a assegurar o direito de passagem inocente em favor dos navios mercantes, mas não dos navios de guerra.
 - e) Na plataforma continental, os Estados possuem direitos de soberania no tocante à exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, mas a falta de utilização e exploração desses direitos em qualquer de suas formas autoriza outros Estados ao seu exercício, ainda que sem consentimento expresso.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

9. No que tange ao espaço aéreo internacional, à nacionalidade das aeronaves e ao TPI, assinale a opção correta.

- a) O TPI poderá impor à pessoa condenada pelos crimes que afetem a humanidade no seu conjunto a pena de prisão perpétua, se o elevado grau de ilicitude e as condições pessoais do condenado o justificarem. Entretanto, esse tribunal poderá reexaminar a pena com vistas à sua redução quando o condenado já tiver cumprido vinte e cinco anos de prisão.
- b) O Estado exerce, sobre os ares situados acima de seu território e de seu mar territorial, soberania, que só não é absoluta porque sofre restrição ditada por velha norma internacional: o direito, reconhecido em favor dos aviões civis, de passagem inocente, que deve ser contínua e rápida, proibindo-se tudo quanto não seja estritamente relacionado com o ato de passar pelo espaço aéreo.
- c) Segundo as regras internacionais, todo avião utilizado em tráfego internacional deve possuir pelo menos uma nacionalidade, determinada por seu registro ou matrícula. A aeronave poderá ter mais de uma matrícula — as de complacência —, mas, no caso de a companhia aérea ser controlada pelo Estado, e não por particulares, cada avião deverá possuir uma nacionalidade singular.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

- d) O TPI, instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade e funções complementares às jurisdições penais nacionais, constitui corte internacional vinculada à ONU, não dispondo de personalidade jurídica própria.
- e) Nos termos do Estatuto de Roma, o TPI só poderá exercer os seus poderes e funções no território de qualquer Estado-parte, sendo-lhe defeso agir em relação a atos praticados no território dos Estados que não tenham subscrito o Estatuto.

Espaço aéreo internacional

Tribunal Penal Internacional

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2011

10. Considerando o conceito de nacionalidade e o Estatuto da Igualdade entre portugueses e brasileiros, assinale a opção correta.

- a) A CF considera brasileiros natos, independentemente de formalidades, os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil.
- b) Além das condições previstas no texto constitucional, somente lei complementar pode estabelecer novos casos em que se exija a condição de brasileiro nato para a ocupação de cargos, empregos e funções públicas.
- c) A exemplo dos países que se formaram a partir de grande contingente de imigrantes, o Brasil adota predominantemente o critério do jus sanguinis para definição da nacionalidade, admitindo, porém, em situações específicas, a aplicação do jus soli.
- d) A situação do cidadão português que, no Brasil, seja admitido no regime de igualdade plena previsto na Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, é idêntica à do brasileiro naturalizado.
- e) E O brasileiro nato e o brasileiro naturalizado que exerçam atividade contrária ao interesse nacional estão sujeitos à perda da nacionalidade, mediante processo judicial, assegurada ao réu ampla defesa.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

11. A Declaração Universal dos Direitos Humanos

- a) não trata de direitos econômicos.
- b) trata dos direitos de liberdade e igualdade.
- c) trata o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos.
- d) não faz referência a direitos políticos.
- e) não faz referência a direitos culturais e à bioética.

12. No texto da Convenção de Viena de 1969, tratado internacional é definido como

- a) acordo de vontades entre particulares de diferentes nacionalidades.
- b) negócio jurídico lícito, tal como previsto no Código Civil brasileiro.
- c) acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional.
- d) sentença prolatada por tribunal internacional.
- e) ato unilateral de imposição de uma norma de um país a outro.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF .ª REGIÃO/2011

13. O Tribunal Penal Internacional, que revolucionou a proteção dos direitos fundamentais e o conceito de soberania, tem competência para julgar crimes contra a humanidade e crimes de guerra, de genocídio e de agressão. De acordo com o Tratado de Roma, qualquer ato praticado, com consciência, como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra população civil é considerado crime contra a humanidade. Nesse contexto, constitui ato qualificado como crime contra a humanidade

- a) a deportação ou transferência forçada de populações.
- b) a morte ou o ferimento de adversários que se tenham rendido.
- c) a adoção de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo.
- d) a organização de tribunais de exceção.
- e) o recrutamento de crianças com menos de quinze anos de idade.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 5.ª REGIÃO/2011

14. A respeito da estrutura institucional do MERCOSUL, assinale a opção correta.

- a) As normas da Comissão de Comércio do MERCOSUL possuem caráter meramente recomendatório.
- b) Compõe a estrutura institucional do MERCOSUL a Comissão de Tribunais Constitucionais.
- c) É atribuição do Conselho do Mercado Comum supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do MERCOSUL.
- d) Cabe ao Conselho do Mercado Comum exercer a titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL.
- e) Ao MERCOSUL é vedado estabelecer acordos de sede.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2011

15. Considere que o Japão denuncie ao procurador do TPI crime contra a humanidade cometido pelo governo da China contra população do Tibet. Com base nessa situação hipotética e no Decreto n.º 4.388/2002, que aprovou o Tratado de Roma, por meio do qual foi instituído o TPI, assinale a opção correta.

- a) O TPI é obrigado a aceitar denúncia oferecida pelo procurador.
- b) O Japão não poderia agir da forma descrita, pois só o Conselho da ONU pode apresentar denúncia ao procurador do TPI.
- c) Só a própria população do Tibet poderia formular representação ao procurador do TPI.
- d) O procurador apreciará a seriedade da informação, podendo recolher informações suplementares.
- e) O procurador é obrigado a denunciar o governo chinês.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2013

16. Com relação ao instituto da personalidade jurídica internacional, assinale a opção correta.

- a) O STF entende ser relativa a imunidade de jurisdição das organizações internacionais.
- b) Os elementos considerados na identificação do Estado como sujeito de direito internacional não incluem a capacidade para entabular relações internacionais.
- c) O princípio da autodeterminação aplica-se aos casos de secessão de Estado.
- d) Aos grupos nacionais beligerantes que se rebelarem contra o governo constituído com vistas à criação de um novo Estado não será reconhecida a personalidade jurídica internacional.
- e) Conforme entendimento do STF, admite-se a perda da nacionalidade de brasileiro cuja naturalização seja cancelada por sentença judicial condenatória pela prática de atividade nociva ao interesse nacional.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2013

17. No que se refere à condição jurídica do estrangeiro, assinale a opção correta de acordo com o direito brasileiro.

- a) Conforme entendimento do STF, não se admite a expulsão de estrangeiro que possua filho brasileiro, ainda que esse filho nunca tenha vivido sob sua guarda.
- b) Não se admite a concessão de visto a estrangeiro condenado em outro país pela prática de crime doloso, sendo a concessão admitida, entretanto, se o estrangeiro estiver sendo processado no momento da requisição.
- c) Conforme entendimento do STF, o ato de entrega de extraditando, de competência do presidente da República, pode ser analisado pelo Poder Judiciário.
- d) Admite-se a extradição de estrangeiros independentemente da celebração de tratado internacional com o país solicitante.
- e) A concessão de refúgio é medida discricionária, ao passo que a concessão de asilo depende do preenchimento de determinados requisitos pelo solicitante.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2013

18. Considerando a proteção internacional dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- a) O direito de asilo, admitido por diversos ordenamentos jurídicos, como, por exemplo, o brasileiro, não é expressamente previsto como um direito humano em normas internacionais.
- b) Conforme previsão expressa no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, as normas dele constantes têm aplicação imediata.
- c) Dado o princípio da tipicidade, não se admite a estipulação, em normas consuetudinárias, da proibição de tortura, prevista em diversos tratados internacionais.
- d) O direito dos povos indígenas recebe, nas normas de direito internacional, tratamento idêntico ao reservado ao direito de qualquer outra minoria.
- e) Em caso de violação de direitos humanos, admite-se a mitigação da norma que apregoa a negação de intervenção em assuntos internos.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 1.ª REGIÃO/2013

19. Considere que o Estado A tenha adentrado o espaço aéreo do Estado B sem a sua autorização e que, após tratativas diplomáticas, ele tenha reconhecido que cometera uma violação ao direito do Estado B, tendo apresentado pedido formal de desculpa pelo ocorrido. Nessa situação, de acordo com os artigos da Comissão de Direito Internacional da ONU sobre Responsabilidade Internacional dos Estados, o reconhecimento da violação e o pedido de desculpas realizado pelo Estado A caracterizam a forma de reparação denominada

- a) danos morais.
- b) garantia de não repetição.
- c) restituição.
- d) compensação.
- e) satisfação.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2013

20. Acerca do direito dos tratados internacionais, como regido pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, assinale a opção correta.

- a) A necessidade de forma escrita está expressa na definição de tratado presente na Convenção de Viena.
- b) Na regra geral de interpretação dos tratados, está previsto o recurso aos trabalhos preparatórios.
- c) A mudança fundamental de circunstâncias é causa de nulidade de um tratado.
- d) O rompimento de relações diplomáticas gera, por si só, a suspensão da execução de um tratado.
- e) A adesão somente é possível quando expressamente disposta no tratado.

21. Os meios diplomáticos de solução pacífica de controvérsias incluem

- a) a conciliação.
- b) o tribunal internacional.
- c) a arbitragem internacional.
- d) o tribunal misto.
- e) o tribunal constitucional.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2013

22. Assinale a opção correta com relação à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

- a) Os navios de Estados sem litoral têm direito a passagem inocente pelo mar territorial de um Estado costeiro, desde que mediante prévia autorização deste.
- b) O Estado costeiro deve pedir autorização à Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos para realizar perfurações, além de duzentas milhas marítimas, em sua plataforma continental.
- c) Agências especializadas das Nações Unidas não podem arvorar bandeiras em suas embarcações.
- d) O Estado costeiro em cujas águas espécies catádromas passem a maior parte do seu ciclo vital deve ser responsável pela gestão dessas espécies.
- e) O limite exterior máximo da zona contígua é de trinta milhas marítimas contadas das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

Juiz Federal Substituto - UnB/CESPE – TRF 2.ª REGIÃO/2013

23.Com relação ao Comitê de Direitos Humanos (CDH) do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, assinale a opção correta.

- a) Em casos excepcionais, admite-se que haja no CDH dois nacionais de um mesmo Estado.
- b) As comunicações interestatais podem ser processadas pelo CDH independentemente de qualquer aceitação prévia pelo Estado-parte.
- c) É de seis anos o mandato dos membros do CDH.
- d) Após a apresentação do primeiro relatório pelo Estado-parte, o CDH pode solicitar novos relatórios a qualquer tempo.
- e) Os membros do CDH são eleitos para representar os Estados de que são nacionais.